

UMA FRONTEIRA IMAGINÁRIA E DUAS REALIDADES DISTINTAS: O COTIDIANO DE TRABALHADORAS RURAIS GAÚCHAS DAS COMUNIDADES POMERANA E QUILOMBOLA

Gabriela Schmalfuss Borges¹

Resumo: Este artigo é um recorte de um estudo conduzido entre 2021 e 2023 com trabalhadoras rurais do sul do Rio Grande do Sul, integrantes das comunidades tradicionais pomerana e quilombola, na área da Comunicação. Compreendendo que as identidades das mulheres do campo são múltiplas, o objetivo do presente artigo é explorar como aspectos como gênero, classe e relações étnico-raciais se engendram simultaneamente no cotidiano e nas condições de vida e expectativas de futuro de cada uma das interlocutoras que participaram da pesquisa, a partir de dados obtidos em entrevistas em profundidade. Para isso, é abordado o contexto histórico local e utilizadas contribuições de teóricas que versam sobre gênero.

Palavras-chave: Mulheres rurais, comunidades tradicionais, camponesas, pomeranas, quilombolas.

Abstract: This paper is an excerpt from a study conducted with rural workers in the south of Rio Grande do Sul between 2021 and 2023, members of the traditional Pomeranian and Quilombola communities, in the area of Communication. Understanding that the identities of rural women are multiple, the objective of this paper is to explore how aspects such as gender, class and ethnic-racial relations are simultaneously engendered in everyday life and in the living conditions and future expectations of each of the interlocutors who participated in the research, based on data obtained in in-depth interviews. To this end, the local historical context is addressed and contributions from theorists who deal with gender are used.

Keywords: Rural women, traditional communities, peasants, Pomeranians, quilombolas.

Introdução

Este artigo propõe-se a abordar as intersecções entre gênero, classe e relações étnico-raciais no contexto das comunidades quilombolas e pomeranas no extremo Sul do Brasil. No recorte que será apresentado aqui, busca-se compreender como essas dimensões se articulam no cotidiano, influenciando as condições de vida e as expectativas de futuro das interlocutoras, a partir de entrevistas em profundidade realizadas com trabalhadoras rurais da região - integrantes de ambas as comunidades tradicionais - que residem na área rural do município gaúcho de São Lourenço do Sul, localizado às margens da Lagoa dos Patos

As informações trazidas são oriundas da dissertação de mestrado (Borges, 2023) “Consumo e identidades de trabalhadoras rurais pomeranas e quilombolas do sul do Brasil”, desenvolvida sob orientação da prof^a Dr^a Veneza Ronsini junto ao Programa de

¹ Doutoranda e mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM; jornalista e especialista em Artes pela UFPel; e-mail: gabischmalfuss@gmail.com

Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) entre 2021 e 2023. A dissertação teve como objetivo geral compreender a imagem que as interlocutoras têm do que é ser uma mulher rural. Também buscou analisar o impacto das representações construídas pelas mídias televisivas e pela internet na autorrepresentação delas, mediada por sua sociabilidade, identidade e redes enquanto trabalhadoras rurais. Porém, no presente artigo, optou-se por não aprofundar a questão da recepção midiática existente na pesquisa fundante, para tornar o texto mais transversal em diversas áreas do conhecimento. Assim, o assunto, que merece detalhamento, será desenvolvido em outra produção.

A pesquisa original foi realizada a partir da combinação entre a teoria de usos sociais da mídia, de Jesús Martín-Barbero (1997, 2018), considerando a importância dos entrelaçamentos propostos pelo autor entre a cultura e os produtos midiáticos no cotidiano dos indivíduos; e a proposta metodológica de Retratos Sociológicos, do sociólogo Bernard Lahire (2004). Para além da forma como relacionam-se com a mídia, a metodologia de Retratos Sociológicos possibilitou a compreensão de como as interlocutoras, de formas singulares, estabelecem seu cotidiano a partir de fenômenos socialmente produzidos. Ou seja, Lahire (2004) entende que cada pessoa teve experiências diferenciadas e estímulos diversos durante seus percursos de vida, que podem ou não alterar seus modos de pensar, interagir e se posicionar socialmente.

A investigação da realidade das camponesas é necessária devido aos inúmeros obstáculos que enfrentam, como o direito formal à terra, conquista que se efetivou somente com a Constituição de 1988, há pouco mais de 30 anos, como resultado de lutas autônomas e reivindicações de movimentos sociais. No campo, o rendimento médio mensal das mulheres é 20% inferior ao dos homens (DIEESE, 2023), mesmo trabalhando 4 a 5 horas a mais por dia (EBC, 2013) e sendo proprietárias de apenas 19% das terras, enquanto os homens possuem 81% (EMBRAPA, 2020).

Junto às opressões de gênero e de classe, a questão racial também aparece no contexto lourenciano. Assim, a análise dos dados obtidos nas entrevistas permite revelar as particularidades das experiências dessas mulheres, demonstrando que as suas realidades não podem ser compreendidas a partir de uma única dimensão social. Para isso, inicialmente, apresentaremos o tema da pesquisa e o contexto local. Em seguida, descreveremos o processo de coleta de dados para, então, discutir as particularidades dos dois grupos de mulheres rurais. Por fim, concluiremos o texto com nossas considerações

finais. Desta forma, visamos contribuir para o debate sobre as múltiplas formas de opressão e as possibilidades de resistência no contexto das comunidades rurais no Brasil.

De onde parte a investigação

São Lourenço do Sul é um município brasileiro localizado no Rio Grande do Sul que, em 2022, somava 41.989 habitantes (IBGE, 2024), com aproximadamente metade deles residindo na área urbana e a outra metade, na rural. A zona rural é responsável por gerar 60% do seu Produto Interno Bruto (PIB), com destaque às plantações de fumo, milho, arroz, batata inglesa e soja (São Lourenço do Sul, 2023).

Sua formação é complexa e o território é considerado por autores como “uma ilha agrícola numa mancha florestal, no meio de uma zona luso-brasileira de pecuária, na planície” (Roche, 1969, p. 179), ou seja, uma “colônia cercada por estâncias” (Bosenbecker, 2020). Isso porque São Lourenço do Sul está situada no Sul do Rio Grande do Sul, próxima aos municípios de Pelotas (70km de distância) e Rio Grande (130km), em uma região povoada inicialmente por estancieiros luso-brasileiros que, por interesse do Governo Imperial, receberam grandes quilômetros de terra para administrarem, nas chamadas “Sesmarias” (Roche, 1969).

Essas grandes fazendas mantinham-se através da criação de gado e da produção de charque, frequentemente utilizando mão de obra escravizada. A fuga de pessoas escravizadas desses locais, bem como o fim do período escravagista no país, levou à formação de comunidades negras em solo lourenciano (Rubert, 2005). A ida para o local teve viés estratégico, afinal, a região possui relevo íngreme e é distante, dificultando possíveis buscas (Schneider, 2017). Em 2024, o município contava com cinco comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares², todas localizadas na zona rural.

Ao mesmo tempo, São Lourenço do Sul é considerado o principal polo de imigração da população pomerana no Rio Grande do Sul (Seibel, 2016). Com origem germânica, as famílias eram originárias da Pomerânia, região localizada na região do Mar Báltico, entre as atuais Alemanha e Polônia, e migraram a partir de 1858 em busca de melhores condições de vida e de trabalho, incentivadas pelos governos Imperial e

² Relação de comunidades reconhecidas disponível em: <<https://tinyurl.com/2tfant3k>> Acesso em 23 abr. 2024

Provincial, que buscavam povoar regiões ainda não exploradas e ampliar a produção de alimentos do país (Roche, 1969).

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, salienta que essa comunidade se define pela grande ênfase dada ao trabalho, à família e às práticas religiosas, de matriz protestante. Além disso, valoriza profundamente o dialeto próprio - pomerano - com o esforço de manter a língua viva até os dias atuais, apesar de ela ser somente falada.

O modo de vida pomerano é austero, com uma rotina pesada de trabalho na lavoura e na criação de animais. Os pomeranos caracterizam-se como produtores rurais, trabalhadores fortes e dedicados. (...) A cultura pomerana, baseada na organização da vida diária familiar e no trabalho na lavoura, pouco mudou desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus. É alto o grau de permanência de tradições e valores originais, mantendo o espírito de família, a religiosidade, a língua e o comunitarismo (Ministério do Meio Ambiente, 2022).

Já as comunidades quilombolas, de acordo com a CNPCT, se caracterizam principalmente por serem grupos de resistência. As comunidades são reconhecidas pelos laços fortalecidos pela sociabilidade e ajuda mútua. São cerca de 200 famílias quilombolas que residem em São Lourenço do Sul, que costumam ocupar posições de trabalho menos valorizadas, segundo Rosa e Ferreira (2021).

Cada comunidade [quilombola] tem suas características, mas todas se assemelham pela mão de obra ofertada dentro das comunidades, tendo poucos/as quilombolas ocupando cargos públicos, e as mulheres atuando, na sua maioria, como domésticas, agricultoras, estudantes, faxineiras, diaristas, pensionistas e aposentadas. Os homens são mecânicos, pedreiros, alambradores (fazem cercas para guardar o gado), agricultores, empregados de propriedades agrícolas privadas, alguns com salário mensal. Os “peões” trabalham de diaristas. Há aposentados e desempregados, e as mulheres são as que mais sentem dificuldades de conseguir emprego (Rosa e Ferreira, 2021, p. 43).

Logo, os processos históricos vivenciados por pomeranos e quilombolas na ocupação da região foram diferentes: os quilombolas desvincularam-se de um regime escravocrata, e os pomeranos se fixaram por meio de projetos governamentais que incentivavam a colonização da terra (Schneider, 2017). Ainda assim, por viverem em um mesmo local, os grupos partilham espaços e estabelecem conexões, o que torna evidente a relação de trabalho, hierarquia e classe que se estabelece entre ambos, como pontua Schneider (2017):

Na produção de fumo, principal atividade agrícola desenvolvida na região, quilombolas trabalham nas propriedades de colonos pomeranos. Também frequentam as mesmas festas e as mesmas benzedadeiras, utilizam os mesmos

equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. Ainda, alguns quilombolas aprenderam o idioma pomerano (p. 16).

Os quilombos do município, ainda que em áreas menos propensas à agricultura – mais altas, com mais pedras e com menos espaço - se localizam bastante próximos dos agrupamentos pomeranos, por vezes, dentro do mesmo distrito rural. O território é ocupado pelas duas comunidades simultaneamente e as distâncias que se colocam entre ambas é apenas simbólica, uma fronteira imaginária. Dessa forma, é fundamental compreender os reflexos do passado no presente, pois as vivências das gerações anteriores ecoam nas vivências atuais das mulheres rurais pertencentes às comunidades pomerana e quilombola de São Lourenço do Sul, moldando suas identidades e práticas.

O contexto de pesquisa

Durante a pesquisa, foram realizadas entrevistas em profundidade com um grupo de oito mulheres, quatro delas pomeranas (Fernanda, Janaína, Lili e Dulce) e quatro delas quilombolas (Negra X, Ágata, Pérola Negra e Tia). Cada interlocutora escolheu um nome fictício para preservar suas identidades. Suas idades variavam entre 21 e 58 anos no período dos encontros. Todas residiam na zona rural do município, em minifúndios (terras com até 20 hectares) ou em pequenas propriedades (terras com até 72-80 hectares).

Além das entrevistas, também foram adotadas as técnicas de observação participante, anotações etnográficas e pesquisa bibliográfica. Todos os encontros aconteceram presencialmente. Sete ocorreram nos próprios domicílios das interlocutoras, em diferentes distritos rurais de São Lourenço do Sul, e apenas um ocorreu na zona urbana, junto à Feira Livre Municipal, com uma das feirantes.

O contato com elas se deu ao longo de um ano. Nos encontros individuais, a pesquisadora realizou perguntas variadas acerca das práticas de cada uma das participantes, mas dispostas de forma a contemplar e reunir aspectos suficientes relacionados à escola, ao trabalho, à família e às práticas culturais e de lazer das interlocutoras (Lahire, 2004, p. 32). Das oito interlocutoras, seis possuíam perfis nas redes sociais Instagram e Facebook, sendo o Facebook a plataforma mais utilizada. Assim, para reunir mais informações e para compreender o que acompanham por essas redes e como se expressam nas publicações que compartilham, também observamos seus perfis durante um ano (de março de 2022 até março de 2023).

A partir das entrevistas e dos posicionamentos das participantes da pesquisa sobre determinados temas, programas e/ou personagens – por ser uma pesquisa relacionada à mídia –, pudemos compreender como tensionamentos de gênero, étnico-

raciais e de classe se articulam, principalmente quando avaliamos a exploração/dominação do trabalho feminino, seja ele remunerado ou não; entendendo que relações étnico-raciais, de gênero e de classe são fenômenos consubstanciais e ambivalentes (Kergoat, 2010), construídos simultaneamente ao longo da história (Saffioti, 1992).

As trabalhadoras rurais pomeranas

As mulheres pomeranas lourencianas compõem uma classe vinculada, principalmente, às pequenas propriedades familiares, atuando na agricultura e pecuária. Além do trabalho no campo, algumas também oferecem serviços remunerados de confeitaria, costura e estética à vizinhança. Junto a isso, soma-se o trabalho de cuidado com a família e a casa, ocasionando uma jornada contínua de responsabilidades.

Quatro interlocutoras pomeranas aceitaram participar da nossa pesquisa. Elas compartilham origens e vivências. Desde cedo, todas foram introduzidas ao trabalho nas propriedades rurais de suas famílias. Algumas também se envolveram em atividades comerciais familiares. Três das entrevistadas são casadas e têm filhos, e uma delas é noiva sem filhos. Todas mantêm relações endogâmicas, isto é, com companheiros de origem pomerana. Possuem baixa escolaridade: apenas a mais nova concluiu o ensino médio; e entre as mais velhas, duas cursaram até a 5ª série e uma até a 8ª série do ensino fundamental. Nenhuma delas demonstra interesse em continuar os estudos, pois afirmam estar adaptadas à vida que levam.

Em suas falas, o trabalho apareceu como ponto central, visto como a forma para obter patrimônio, que é valorizado. Nos quatro casos, o serviço é dividido apenas entre o núcleo familiar, sem a contratação de empregados diaristas. Assim, o casamento e o trabalho se confundem, com as mulheres assumindo responsabilidades domésticas e de cuidado dos filhos, além da produção rural, desenvolvendo uma relação complexa. Isso porque os laços de parentesco, imbuídos de afeto, pertencimento e culpa, se entrelaçam em uma atividade produtiva e rentável. Nesse cenário, as figuras masculinas assumem a posição de chefe/patrão e costumam ser consideradas, pelo restante do núcleo familiar, a autoridade máxima (Woortmann, 1995).

Chama atenção que duas interlocutoras não têm acesso direto ao dinheiro do seu trabalho - em um caso quem gerencia é o marido e, em outro caso, a sogra - mesmo que tais mulheres contribuam significativamente para o sustento familiar. Carneiro (2001) afirma que “nas relações de trabalho familiar, a esposa tem sua autonomia econômica

neutralizada pelas imposições devidas a um sistema que articula produção e parentesco” (p. 52). A autora também observa que ser agricultora, neste caso, deixa de ser uma profissão e passa a ser um estatuto matrimonial, pois “quando casada, a mulher passa a dever várias obrigações frente ao marido, o que na agricultura implica participar dos trabalhos da lavoura” (Carneiro, 2001, p.52).

Dulce é a única interlocutora que rompe parcialmente com as normas tradicionais. Além de trabalhar na agricultura, no momento das entrevistas, participava de feiras livres, o que lhe permitia interagir com outras pessoas e construir novas amizades. Inclusive, citou seu início na feira como o momento mais importante que vivenciou, diferentemente das outras interlocutoras que, quando questionadas, citaram o casamento e o nascimento de filhos. “*Mais importante foi de fazer feira para eu poder, sabe? Se não a gente, eu sempre tava em casa. Eu nunca saía, era bem caseira. Aí quando nós começamos a fazer feira, aí eu tenho bastante amigo que eu consegui. É, aquilo foi muito legal para mim, foi a melhor coisa*” (Entrevista com Dulce, 05 de fevereiro de 2022).

Ela desejava transformar sua propriedade em um modelo agroecológico e abrir uma padaria com pães feitos com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), conhecimento ampliado pela atuação do Pancpop, projeto que visa estimular o uso e popularizar informações sobre espécies de plantas comestíveis não convencionais no município, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A partir do projeto, Dulce participou de cursos e eventos, incluindo um congresso em Bento Gonçalves/RS. Contudo, devido a problemas de saúde, em 2022 deixou de realizar as feiras, e o seu filho e o marido retomaram o cultivo do fumo.

A estrutura patriarcal também dificulta o acesso das mulheres à terra. Entre as interlocutoras pomeranas que compõem a pesquisa, todas deixaram suas famílias de origem para viverem em propriedades rurais que foram herdadas ou ainda são da família de origem de seus companheiros, dividindo o espaço, por vezes, com seus sogros e sogras. As áreas variam de 20 a 50 hectares. Siliprandi (2004) destaca que as regras de herança, o mercado de terras e as políticas de reforma agrária frequentemente discriminam as mulheres, pontuando como “não é difícil entender por que as escolhas de vida pessoal e de trabalho no campo se mostram tão fortemente ligadas entre si” (Siliprandi, 2004, p. 127). Da mesma forma, Carneiro (2001) afirma que “numa sociedade sustentada pelo trabalho agrícola, o principal bem transmitido é a terra” (p. 31), e as mulheres, nesse

contexto, são prejudicadas por costumes que não consideram o gênero de maneira equitativa. Ou seja, uma vez que as relações familiares e de trabalho se misturam, obedecendo a uma lógica patriarcal, as mulheres acabam por ter sua autonomia controlada por seus maridos, que também são seus chefes.

Com exceção de Dulce, que afirmou ter uma renda mensal familiar menor que dois salários mínimos (SM), as outras três participantes da pesquisa indicaram que a renda mensal de seus núcleos familiares estava entre dois a quatro SM. Três pomeranas têm carteiras de motorista, mas isso não é tratado com ênfase por elas em nossas entrevistas, é visto como algo habitual. O uso do direito a dirigir se dá dentro da colônia, no manejo eventual de máquinas agrícolas, ou em eventuais idas à zona urbana, geralmente para compras.

No geral, a identificação das pomeranas com a mídia é complexa. Há um certo ressentimento em relação à representação midiática da mulher rural, vista como inferior à mulher urbana, haja vista, como exemplo, a fala de Janaína sobre as mulheres rurais:

A mulher rural geralmente tá com... nunca tem unha pintada, nunca tá bem vestida, quando passa uma foto tá de chapelão e essas coisas... já na cidade é totalmente diferente, né, totalmente o oposto, né, geralmente tão de unha pintada, geralmente tão com cabelo arrumado, sobancelha feita. E é totalmente diferente né? (Entrevista com Janaína, 12 de fevereiro de 2022)

Nas redes sociais, ela busca valorizar a sua identidade rural e pomerana, sua conexão com o agronegócio, e exaltar seus papéis como mãe e trabalhadora. À época da pesquisa, eram comuns em seus stories imagens da lida diária no campo, como os pés embarrados do trabalho com o gado e o processo de vacinação do rebanho, sempre com dizeres exaltando o trabalho e afirmando que a vida no campo não é fácil. Além das fotos de seu próprio núcleo familiar nas festas em que participaram, Janaína também costumava publicar algumas fotos das decorações e de quem está promovendo as festividades, como noivos, elogiando os eventos e agradecendo convites. Nas festas, estava sempre maquiada, com as unhas pintadas, ao contrário de como visualiza a representação das mulheres rurais nas produções midiáticas. A interlocutora igualmente reforça, a partir de suas publicações, a importância que as conquistas de bens materiais e serviços têm em sua vida (planos de uma viagem para São Paulo, caminhões da firma da família, idas a parques aquáticos e confeitarias), expressando uma visão meritocrática, segundo a qual isso só foi conquistado porque ela se esforçou demasiadamente.

A pesquisa, por ser direcionada à representação de mulheres na mídia, também questionava as interlocutoras se elas consideravam que a representação entre mulheres

negras e brancas era igual em telenovelas e telejornais. Entre as pomeranas, somente Lili, a interlocutora mais nova, afirmou que vê diferenças na forma com que mulheres brancas e negras são representadas, considerando que as negras sofrem maior discriminação.

As interlocutoras mais velhas acreditam que não há diferenças - como Dulce, que afirma que “*não diferencio o branco contra o negro, pra mim é tudo a mesma coisa*” (Entrevista com Dulce, 05 de fevereiro de 2022) -, aproveitando o espaço da pergunta para se posicionar. Já para Janaína, a população negra “*não se aceita*”:

Simplemente os negros não se aceitam, não se aceitam... porque eles falam tanto em racismo, mas como é que eu vou dizer, eu sou alemoa, se me chamam de alemoa, eu não me ofendo. Eles são negros, se chamam eles de negros eles se ofendem, então o problema tá neles, né. (Entrevista com Janaína, 12 de fevereiro de 2022)

Quando não estão na lavoura ou realizando tarefas diárias de cuidado com a casa, acessam as redes sociais, brincam com os filhos pequenos, costuram, fazem bolos, passeiam com animais, visitam pais e avós e fazem pesquisas na internet. Nota-se que as tarefas realizadas no que consideram “tempo livre” também são trabalho, sendo que a única atividade remunerada, entre as citadas, é a de costura. Nunca foram ao cinema e não costumam viajar. Apenas Dulce tem o costume de ler livros sobre plantas.

Nos últimos encontros, todas afirmaram que pretendiam continuar vivendo na zona rural, embora Lili, a interlocutora mais nova, tenha dito na primeira entrevista que gostaria de trabalhar e morar na cidade, por considerar o serviço no campo muito desgastante e para poder continuar seus estudos. Segundo ela, a mudança de concepção surgiu por estar noiva e morando há mais tempo com o companheiro e a sogra. Com casamento agendado, ela disse que se adaptou com a vida que tem.

A situação se repete com Janaína, que tinha o sonho de ser professora, fato mencionado por ela muitas vezes durante nossas conversas. Porém, disse que na época não teve incentivo e oportunidade de continuar os estudos, então fez um curso de cabelereira para complementar a renda do trabalho rural. Com 41 anos no período da pesquisa, ela se considerava velha para voltar a estudar. “*A gente chega num ponto e desiste né? (...) Não adianta, não ia adiantar mais*” (Entrevista com Janaína, 12 de fevereiro de 2022), afirmou. Em uma sociedade que considera o auge da feminilidade a capacidade de doação e autossacrifício das mulheres (Lagarde, 2011), firmar suas posições, nesse caso, poderia implicar em consequências, como a perda do papel que ocupam no sistema familiar, bem como o prestígio social que têm nas suas comunidades.

Quando perguntado para as pomeranas “O que sua família lhe ensinou sobre ser mulher?”, a resposta foi sempre a mesma: mulheres devem ter família, ser educadas, “se dar o respeito” e se encarregar da rotina da casa e dos filhos. Elas não costumam desenvolver atividades específicas com outras mulheres da região, que, quando encontram, são em reuniões ou palestras promovidas pela igreja luterana.

As mulheres pomeranas instituem em sua religiosidade e nos laços familiares o centro de suas vidas, com atividades de lazer que reforçam esses vínculos, a partir de festas religiosas das comunidades a que pertencem, bailes e eventos sociais. Apesar das limitações impostas por suas rotinas e a cultura tradicional, há um desejo subjacente de reconhecimento e valorização, tanto dentro de suas comunidades quanto na sociedade em geral.

Nenhuma interlocutora pomerana afirmou conviver diretamente com a população quilombola. Percebemos que os poucos encontros se dão no comércio local, serviços de saúde, escola dos filhos e festas de comunidade.

As trabalhadoras rurais quilombolas

As mulheres quilombolas lourencianas vivem principalmente de uma agricultura de subsistência, trabalhando de forma autônoma como boias-frias³ em lavouras da região e/ou como diaristas em serviços de limpeza. Os trabalhos sazonais oferecidos na região, além de serem realizados em sua maior parte por mulheres, ficam concentrados na população quilombola (Fonseca, 2020; Rosa e Ferreira, 2021). É o caso das quatro interlocutoras que contribuíram para a pesquisa: Negra X, Ágata, Pérola Negra e Tia. Todas elas são filhas de ex-boias-frias e iniciaram na mesma atividade, trabalhando desde cedo nas lavouras de famílias pomeranas, assim como seus pais e avós. Suas idades variavam de 33 a 58 anos quando aconteceram as entrevistas.

Fonseca (2020), mulher negra que realizou estudo antropológico na região, explica que as mulheres negras rurais acabam sendo obrigadas a trabalhar na terra dos outros para garantir sua própria sobrevivência, sem qualquer garantia legal sobre o serviço. A autora aponta que “além da sobrecarga da dupla jornada de trabalho, viver no meio rural e ser negra significa ser alguém que é vista apenas como disponível para o trabalho manual em razão da sua condição racial” (Fonseca, 2020, p. 107). Assim, na

³ Trabalhadora rural sem vínculo empregatício. O serviço é pago por dia e as tarefas são temporárias. O fluxo de trabalho é mais constante somente no período de safra

zona rural lourenciana, enquanto mulheres brancas acabam se envolvendo em tarefas de menor esforço físico, são mulheres negras as contratadas por dia como boias-frias no processo de colheita do fumo, afinal, “raça e classe social incidem, sem dúvida, sobre barreiras e possibilidades” (Miguel e Biroli, 2014, p. 115).

Tanto pomeranas quanto quilombolas acompanharam seus pais desde cedo na lavoura sem remuneração. Porém, enquanto pomeranas trabalharam dentro do âmbito familiar, quilombolas quando crianças prestavam serviços a famílias pomeranas, sem receber nada em troca. Pérola Negra ilustra a situação:

P: A mãe não me deixava mais sozinha quando eu tava com 11, 12 anos, aí eu ia junto com ela, pra acompanhar ela no serviço que ela trabalhava na lavoura assim, e aí depois eu trabalhei fora, aí eu tinha 16 anos, aí eu comecei a trabalhar de empregada doméstica com 16 anos, de babá assim. Babá, empregada doméstica...

G: Antes tu só ia, assim, acompanhava a lavoura, mas não chegava a trabalhar?

P: Trabalhava sim, trabalhava sim. Acompanhava junto, assim. É claro, eu até talvez eu nem ganhasse porque eu não tinha né? Era muito novinha, né, mas deveria de ter ganhado. Hoje a gente sabe que deveria ter ganhado e não ganhou nada, né? Eles não me pagavam, eu só acompanhava a mãe

G: No caso era a lavoura dos outros e tu acompanhava.

P: Isso, eu ia com a mãe, eles mexiam comigo. Apanhavam fumo assim, né? Aí eu também queria apanhar fumo, ajudava e tudo, né? Aí me dava calo na mão, claro, mão de criança tão sensível, né? (Entrevista com Pérola Negra, 14 de março de 2022)

De três interlocutoras quilombolas que estavam em relacionamentos estáveis, duas têm relações inter-raciais e uma é casada com um homem negro. Diferente das pomeranas, que se mudaram para a casa dos companheiros, apenas a quilombola casada com um homem negro fez essa transição; as demais vivem nas propriedades de origem. Uma quarta interlocutora, apesar de interessada, não tinha companheiro.

Os sentidos aprendidos com a família sobre ser mulher variam entre elas. Uma interlocutora menciona apenas as restrições impostas pela mãe à sua sexualidade; outra, fala disso, mas também diz que a matriarca buscava equilibrar igualmente as tarefas domésticas entre todos os integrantes da família; uma cita a busca pela autonomia financeira; e a última diz que não aprendeu nada, pois a mãe morreu cedo. Ainda assim, são as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidado com suas famílias e com suas casas.

Em termos de ocupação, uma delas ainda atua como bóia-fria; outra é licenciada em Educação do Campo mas agora atua como dona-de-casa e agricultora; uma é aposentada; e a última, além de ser formada em Educação do Campo, se dedica à venda de artesanato e está cursando mestrado. Todas gerenciam o dinheiro de suas famílias ou

dividem a incumbência com seus maridos/pai. Três afirmaram que a renda familiar mensal era de um a dois SM, com exceção de Tia, que, com sua aposentadoria e a do marido, tem uma renda mensal acima de dois SM.

Todas relataram dificuldades para elas e outras pessoas das comunidades em que vivem empregarem-se em oportunidades que não estejam vinculadas ao trabalho braçal. Tanto Pérola Negra como Negra X, que se inscreveram para trabalhar no comércio e em cargos de atendimento na área da saúde, disseram que a justificativa utilizada pelos empregadores para não lhes contratar é que elas não falaria o dialeto pomerano. Mas, casada com um homem de origem pomerana, Pérola Negra entende e se comunica em pomerano. *“Ninguém me perguntou na entrevista se eu sabia”* (Entrevista com Pérola Negra, 14 de março de 2022), relatou.

De acordo com Gonzalez (2020), o privilégio racial molda a divisão do trabalho, forçando a população negra a enfrentar, de forma sistemática, o desemprego ou a realização de trabalhos temporários, o que impacta outras áreas de suas vidas, como saúde, educação e moradia. A autora destaca a racialização da pobreza, uma intersecção entre racismo e classismo, argumentando que a população negra enfrenta desvantagens materiais e simbólicas em comparação com a população branca igualmente empobrecida. Além disso, Gonzalez ressalta que a categorização racial é um elemento central na estigmatização da identidade das mulheres negras em detrimento das mulheres brancas. Ela aponta que a ligação entre mulheres negras e trabalhos domésticos é profundamente significativa devido aos impactos históricos da escravidão no Brasil.

Ao contrário das pomeranas, que enxergam o trabalho braçal como um fim para a obtenção de patrimônio, em que elas ficam sob o controle de seus maridos e sogros/as; as quilombolas entendem o serviço braçal como um meio necessário por um determinado tempo, para que possam acessar outros espaços, como a universidade. O estudo é fortemente estimulado e valorizado, sendo visto por elas como uma possibilidade de emancipação não só de suas próprias existências, mas também das gerações seguintes.

As entrevistadas quilombolas detêm maior escolaridade do que as entrevistadas pomeranas e do que a média da população negra rural da região. O acesso ao ensino superior é recente: o Censo de 2010 (IBGE, 2012) indicava que, até aquele momento, nenhum homem ou mulher negra rural do município havia se formado em uma universidade. Mas, no mesmo ano, instalou-se em São Lourenço do Sul um campus da

FURG, com cursos voltados à realidade do campo e com políticas de acesso a vagas para populações tradicionais, o que pode ser fator preponderante na alteração do panorama.

Uma das interlocutoras é mestranda em Educação, uma é licenciada em Educação do Campo, uma concluiu o ensino médio e apenas a interlocutora mais velha parou seus estudos na quinta série do ensino fundamental, mas gostaria de ter tido a oportunidade de cursar Direito. Duas interlocutoras que pararam de estudar relataram que desistências aconteceram devido à falta de recursos financeiros ou à falta de confiança depois de repetidas negativas no mercado de trabalho.

Devido à formação dos quilombos na região, fruto do processo histórico da escravidão no Brasil, todas interlocutoras residem em minifúndios de um a dois hectares, onde é possível praticar apenas a agricultura de subsistência. Enfrentam também dificuldades como a escassez de água, especialmente em épocas de estiagem, pois as comunidades quilombolas são localizadas em locais altos, ao contrário das residências da comunidade pomerana, que se fixam em regiões mais planas. Das quatro interlocutoras, apenas Negra X tem o título da sua propriedade. As outras três, ainda que estejam em quilombos reconhecidos, têm apenas o termo de posse.

Nota-se que a falta de terra e recursos naturais nas comunidades quilombolas hoje é um reflexo do passado. De acordo com Jaeggi (Fraser; Jaeggi, 2020, p.153), “o capitalismo nega nosso acesso àquilo que a sociedade produziu num sentido histórico”, rompendo a conexão entre passado, presente e futuro. Esse esquecimento intencional é o que as mulheres entrevistadas têm combatido, assumindo um papel de protagonismo em suas comunidades. A maioria das mulheres quilombolas da região se envolve em processos de liderança, principalmente dentro dos movimentos negro e quilombola, como forma de reivindicar seus direitos, fato que gera ainda mais sobrecarga (Fonseca, 2020). No entanto, ainda há uma série de barreiras a serem superadas. Como indica Fraser (Fraser; Jaeggi, 2020), existem mecanismos institucionais que operam na sociedade capitalista, produzindo gênero, raça e classe como eixos de dominação que se atravessam.

Outro exemplo de como essa dinâmica evidencia-se no território é que entre 2020 e 2021, devido à pandemia da Covid-19 e problemas em licitações, houve a paralisação do transporte escolar rural e a redução do número de linhas de transporte coletivo nos distritos do interior. A situação afetou apenas a comunidade quilombola, pois o transporte escolar continuou atendendo a comunidade pomerana, cujo grupo, em sua maioria, também possui carro próprio e não usa o transporte.

Ao contrário das mães pomeranas que integram a pesquisa, duas mães quilombolas relatam que seus filhos sofreram violências nas escolas que estudam. A filha de Pérola Negra, com nove anos à época, recebeu um tapa de um colega pomerano. A motivação seria pela menina ser negra e ter bom desempenho escolar. A reclamação não teve respaldo da escola:

A gente ficou aqui em casa tudo louco, porque né? Eu disse o menino dá no rosto da menina, o que que vai ser esse menino... e colegas que vão sempre seguir junto, o homem não bate em mulher, Ela ficou bastante abatida, bem chateada, até porque já tinha acontecido um fato antes, (...) eles tinham dito pra ela que o menino mexia com ela, aí o outro disse assim pra ela "ah tu não sabe porque que ele mexe contigo? tu não é de cor?". Ai nossa, ela disse assim "como assim?", ela tinha dito pra ele.... "ué, tu não é negra?"..."Eu sou sim", Ai ela demorou um tempo pra me dizer aquilo, ela se defendeu sozinha, aí depois ela me contou, eu disse "filha, mas isso aí é racismo que ele tava querendo fazer contigo, porque que vão implicar contigo só porque tu é negra, não é assim". (...) A escola não deu o apoio que a gente queria, eu cheguei na direção a ela disse ai, mas ela era para ter falado ontem, era para ter falado em aula, "mas tu tem certeza?" aí começou tipo, né? Forçar uma situação com a gente. (Entrevista com Pérola Negra, 11 de janeiro de 2023)

Ágata também se indispôs com a escola onde dois de seus três filhos estudam pela falta de debate sobre a questão racial, o que, de acordo com ela, só é pauta em novembro, no dia da Consciência Negra. *"Chega em novembro tudo acontece, né, mas não é só o novembro, mas e os outros mês, os outros anos, as outras coisas assim, né. Agora quando chegar novembro, eles colocam só filme de negro, só mostram coisa bonita, mas aí depois né?"* (Entrevista com Ágata, 14 de novembro de 2022). Ela conta que foi só em um encontro do movimento negro que descobriu que convidados de palestras ou atividades representando o dia 20 devem ser remunerados.

Nós não precisamos ir de graça, falar lá bonitinho, de graça, tem remuneração. Aí eu até disse pra professora lá na escola da mana [filha], se tiver alguma coisa aí ó, já vamos abrindo o bolso, que eu não vou vir fazer mais nada de graça, ainda mais agora que eu soube que eu não preciso estar falando de graça, não vou tá fazendo mais nada de graça porque eu perco meu dia, eu dou uma explicação, alguma coisa, só naquele dia, só naquele mês, depois ninguém me chama mais pra nada. (Entrevista com Ágata, 14 de novembro de 2022)

Ambas as comunidades escolares são compostas majoritariamente por pessoas brancas, descendentes de alemães. A relação com os locais é ambígua: ao mesmo tempo em que é a escola que oportuniza acesso a passeios e excursões às crianças e, em extensão, às próprias mães, é um dos primeiros locais onde as crianças são expostas ao racismo.

Nenhuma das quilombolas que integram a pesquisa têm carteira de motorista, e as três mais novas citam a carteira como seu maior sonho de consumo; enquanto Tia, a interlocutora mais velha, diz que o seu sonho é ter uma horta. A carteira é vista como um passaporte para a concretização de outros sonhos, relacionados ao acesso a estudos e ao

trabalho. Porém, as interlocutoras relatam ainda não ter tirado o documento por motivos econômicos. As pomeranas, com poder aquisitivo maior, têm a permissão, que é tida como habitual.

Todas as quilombolas afirmam gostar de onde moram e que gostariam de continuar a viver na zona rural, mas as condições materiais impossibilitam que continuem, assim, buscam alternativas na zona urbana. Ágata, que ainda trabalha como boia-fria e chegou a passar fome quando criança, explica como a falta de condições econômicas define o futuro de quem pode continuar no campo:

A: Pra nós tá ficando difícil, né? Que a gente não tem terra, né? Se eu tivesse terra, aí era aqui que eu, acho que ia morrer a minha vida aqui, ó. Porque a faculdade fica na cidade. Aí nós temos só segunda, quarta e sexta que o ônibus passa ali na Adriana que tu entrou aqui na estrada de chão.

G: Pra ir pra cidade?

A: Pra ir para a cidade, só na parte da tarde. Aí vamo supor assim, pra ir no posto de saúde é longe. Aí nós dependemos de carro, essas coisas. Aí ninguém tem carteira, né

G: Carro vocês têm?

A: Carro nós temos, mas não temos a carteira. E outra coisa, que agora a maioria tem tudo o maquinário, né. Trator moderno com GPS, essas coisas. Aí pra nós tá ficando difícil essa história de trabalhar assim por dia, já tá se acabando. A maioria aqui é soja, essas coisas tão se acabando, aí é o que eu digo pro meu filho mais velho "Tá na hora de começar a pensar num outro jeito de nós nos mantermos, né?" Já fico pensando se ele estudar ou pegar num mercado, ou numa loja assim, né? Já nem digo muito mais por mim, já digo mais por ele, mas eu também já tô pensando em mudar meu jeito, né? Porque eu tô vendo que tá cada vez mudando o jeito de trabalhar. E aí nós estamos ficando para trás, né? Não que eu queria sair daqui, mas se eu tiver que sair daqui, eu não tenho escolha, porque eu tenho três filhos para sustentar e eles vão ficando grandes, né? (Entrevista com Ágata, 14 de novembro de 2022)

As interlocutoras participam de encontros quilombolas, reuniões de associações e eventos culturais, geralmente ligados à militância. Apenas uma delas nunca foi ao cinema. Aquelas que viajam geralmente fazem isso a partir de eventos promovidos pela militância, para destinos como Pelotas/RS, Porto Alegre/RS, Brasília/DF e Salvador/BA. Nas atividades relacionadas ao movimento negro/quilombola, é comum participarem sem a presença de familiares, sozinhas ou acompanhadas de outras mulheres quilombolas.

Na mídia, preferem conteúdos que abordem questões raciais e históricas, como novelas e filmes que tratam do período escravocrata ou de histórias de superação de personagens negros. Nenhuma considera que há equivalência entre as representações de mulheres negras e brancas na mídia, pois acreditam que a presença de pessoas negras ainda é menor perto das pessoas brancas. Em conversas realizadas, todas criticam produções com negros em posições estereotipadas, de subalternidade e/ou criminalizados, mas se identificam quando veem enredos com histórias que valorizam o papel do negro,

apontando exemplos recentes de atores e jornalistas considerados por elas bem-sucedidos, e que lhe inspiram, como Taís Araújo, Maju Coutinho, Glória Maria e Lázaro Ramos.

Nas entrevistas, notamos que a relação das interlocutoras quilombolas é constante com a comunidade pomerana, seja diretamente dentro da família, a partir de casamentos inter-raciais ou no apadrinhamento de crianças, por exemplo; na prestação de serviços na lavoura ou de limpeza para famílias pomeranas; além de contato no comércio local, serviços de saúde, escola dos filhos e festas de comunidade.

Conclusões

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que os marcadores de gênero, classe e relações étnico-raciais se entrelaçam profundamente no cotidiano e nas condições de vida das mulheres quilombolas e pomeranas. As entrevistas revelaram que essas dimensões não operam de forma isolada, mas estão simultaneamente presentes nas vivências de cada interlocutora, moldando suas experiências, percepções e oportunidades. Também foi possível perceber que, em maior ou menor grau, todas as interlocutoras enfrentaram ou ainda enfrentam diversas formas de opressão.

No caso das mulheres pomeranas, a interação entre gênero e classe se expressa na forte vinculação ao trabalho familiar e à manutenção das tradições comunitárias, o que limita suas possibilidades de autonomia econômica e social. Já as mulheres quilombolas, além das questões de gênero e classe, enfrentam o peso adicional da discriminação racial, que as empurra para posições de trabalho desvalorizadas. Com as conversas, percebemos que continua cabendo às mulheres de ambas as comunidades o cuidado com a família, sendo elas as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado.

No geral, a sociabilidade das pomeranas é restrita ao ambiente privado, onde há a valorização do individualismo e um desapego da coletividade. Já as quilombolas têm um trânsito mais intenso em âmbito público, com um apego à coletividade, onde a sociabilidade é fortemente atravessada pelo Movimento Negro/quilombola. Nota-se que a cultura de cada povo expressa-se no modo de vida de cada uma e na relação que estabelecem com o território.

A inter-relação entre das interlocutoras pomeranas com as quilombolas se dá em espaços em comum, como no comércio, em serviços de saúde, escolas dos filhos e festas de comunidade. As quilombolas também interagem com a comunidade pomerana da

região na prestação de serviços, e/ou diretamente dentro da própria estrutura familiar, uma vez que é comum constituição de famílias inter-raciais.

O interior de São Lourenço do Sul, assim como qualquer outra zona rural do Brasil, é um espaço complexo e de disputas, e as intersecções mostram como as desigualdades estruturais continuam a moldar as trajetórias e as perspectivas dessas mulheres. Entendemos que no campo, classe, gênero e aspectos étnico-raciais estão profundamente imbricados nas condições de vida e expectativas de futuro, e é o que define quem pode continuar ou não na zona rural: apesar de gostar de onde moram, por falta de condições materiais, as quilombolas buscam oportunidades na cidade. Já as pomeranas, apesar do trabalho pesado, encontram maiores condições materiais de seguirem no campo, e não pretendem sair.

Assim, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas sociais em comunidades rurais, evidenciando a necessidade de que este universo continue a ser aprofundado em outras pesquisas e fomentem políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões das mulheres rurais, buscando a promoção de equidade de gênero, racial e de classe no campo.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Gabriela Schmalfuss. **Consumo e identidades de trabalhadoras rurais pomeranas e quilombolas do sul do Brasil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.
- BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada por estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857-1877)**. Patrícia Bosenbecker. – Pelotas: Ed. UFPel, 2020. 344p.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 22-55, 2001.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Mulheres rurais: desigualdades e desafios**. Boletim Especial, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheresRurais2023.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). MAPA, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Sobrecarga de trabalho no campo é obstáculo para autonomia das mulheres**. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/03/sobrecarga-de-trabalho-no-campo-e-obstaculo-para-autonomia-das-mulheres-do>. Acesso em: 11 jun. 2021.

- FONSECA, Leandra Ribeiro. **Mulheres quilombolas: trajetórias de luta e identidades em construção**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2020.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Boitempo Editorial, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama: São Lourenço do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov>> Acesso em: 24 jul. 2024
- KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos Cebrap, 2010. v86: 93-103. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/>> Acesso em: 15 ago. 2024.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.
- LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed. México: UNAM, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portal Ypadê. Site oficial do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://portalypade.mma.gov.br/>> Acesso em: 14 fev. 2022
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Editora Globo, 1969. 1v.
- ROSA, Graziela R.; FERREIRA, Adriana S. Vivências e Narrativas de Vida de Mulheres das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sul. In: GROSSI, Patrícia Krieger; BOHN, Simone; OLIVEIRA, Simone; DUARTE, Joana (Org.). **Mulheres quilombolas, interseccionalidades e políticas públicas**. 1ed.FAITH: Porto Alegre, 2021, v. 1, p. 37-60.
- RUBERT, Rosane A. **Comunidades Negras Rurais do Rio Grande do Sul: um levantamento socioantropológico preliminar**. Porto Alegre/Brasília: RS Rural/IICA, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A; BRUSCHINI, Cristina (orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.
- SÃO LOURENÇO DO SUL. História da cidade. Disponível em: <https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/portal/servicos/1001/historia-da-cidade> . Acesso em: 20 fev. 2023.
- SCHNEIDER, Maurício. **Identidades em rede: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes**. – Pelotas : Ed. UFPel, 2017. 217 p.: il. – (Pós-Graduação, v.2).
- SEIBEL, Ivan. Os pomeranos brasileiros. In: SEIBEL, I. et al. In: O povo pomerano no Brasil. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016, p.31-45.
- SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, G; RECAMAN, M; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004



WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste**. São Paulo: Brasília: HUCITEC, Ed. UnB, 1995. 336 p.